

O esquerdista e a ex-guerrilheira

Categories : [Marcos Sá Corrêa](#)

Não há ceticismo quanto aos rumos da esquerda no governo Lula que resista a um cafezinho em Curitiba com o advogado Rafael Ferreira Filippin. Ele tem 30 anos, cabelo preso por elástico e barba crescida, herança da viagem que fez à Bolívia, três anos atrás, para descobrir o que iria fazer com a vida e o diploma. Ao sair, deixou para trás uma crise doméstica e um emprego onde advogava para exportadores de soja no Paraná. Na volta, 33 dias depois, tinha virado “um latino-americano”. E isso, ele faz questão de lembrar, antes do filme “Diários de Motocicleta”, de Walter Salles.

Na prática, Filippin largou o emprego e foi trabalhar de graça para a Liga Ambiental, uma ONG paranaense que vive com “um metabolismo basal” de R\$ 320 por mês, segundo seu “coordenador institucional”, o biólogo Tom Grando. Ela tem 16 sócios. Cada um lhe dá R\$ 20 mensais. E isso basta porque, pelas contas de Grando, as despesas não passam de R\$ 180 para pagar o contador, mais R\$ 25 do acesso à Internet e R\$ 40, em média, de telefone e correio. A ONG existe há quase 15 anos. Mas em 2002 ela trocou de mãos e de alvo, transformando-se numa trincheira contra os projetos que ameaçam transformar o rio Tibagi num corredor de barragens a serviço de hidrelétricas. Por trás da virada estavam o próprio Grando, que na vida acadêmica é ictiólogo, e o ornitólogo Marcos Bornschein. Em meados da década de 90, eles foram contratados para fazer os estudos de impacto ambiental de uma represa no Tibagi. E com ela aprenderam que esses relatórios são feitos para esconder problemas, em vez de preveni-los.

Para entrar na rinha contra governos e empresas, a Liga precisava de um advogado capaz de acuar os projetos na Justiça. E foi buscar Filippin, que ia então a meio caminho entre a política estudantil e, como ele diz, “o agro-negócio”. Em outras palavras, as suas, estava naquela etapa “em que a gente começa a ganhar bem e comprar coisas que antes só via na televisão”. Ele deixou a firma pelos planos de ser um dia professor numa cidade qualquer à beira do Tibagi, “onde possa pendurar uma rede entre duas árvores”. E saiu disparando processos contra os projetos de aproveitamento do rio, que passava quase sem ser notado por Cambé, onde nasceu, e hoje atravessa o centro de seu currículo. São, afinal, 616 quilômetros de um curso que costura no Paraná a mata atlântica da beira do planalto litorâneo aos campos gerais do interior, passando por florestas de araucárias e manchas de cerrado. De cada paisagem original inventariada no Paraná Biodiversidade, um programa do governo estadual com o Banco Mundial para salvar o que ainda não sumiu do mapa, o Tibagi tem uma amostra encaixada entre seus barrancos. É nesse filé que as hidrelétricas andam de olho.

Filippin sentou-se numa cadeira no Conselho de Recursos Hídricos do Paraná, decorou-lhe os regimentos e passou a fisgar projetos nas águas turvas onde eles costumam nadar com mais desenvoltura. Arrancou de órgãos públicos, como a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos, a confissão de que há barragens que passaram às consultas públicas sem

passar pela outorga do uso da água, o que é ilegal. Desmanchou pilhas de relatórios que se escoravam uns nos outros, como se todos os rios dessem no mesmo. E emplacou ações contra a falsificação de documentos públicos. Tudo para chegar no fim a uma espécie de cartilha, mostrando passo a passo o caminho para botar nos trilhos da lei os projetos de hidrelétricas.

Em outras palavras, Filippin quer mais brasileiros entrando na briga, seja pelo Tibagi ou por outros rios. O que faz dele um sinal dos tempos, por estar estar no lado oposto ao da ministra Dilma Rousseff que, primeiro nas Minas e Energia, agora Casa Civil, sempre benzeu com mão de ferros as futuras hidrelétricas, custem elas o que custarem à natureza ou à legislação ambiental. A ministra, trinta e tantos anos atrás, foi guerrilheira. Mas ser esquerdista, no governo Lula, é outra coisa.